

Política mineral como moeda de troca:

O Brasil na nova agenda industrial dos EUA

Às vésperas da COP30, o governo brasileiro se apressa em apresentar uma política para minerais críticos – insumos para indústrias de alta tecnologia e para a transição energética global. A proposta prevê incentivos, emissão de debêntures e um discurso alinhado aos objetivos de transição energética e reindustrialização global. Mas o que parece ser uma resposta ambiental ou industrial, máscara outro movimento: um gesto político. E, muito provavelmente, um gesto encomendado.

Assim como no recuo da tributação, há sinais claros de que a pressão veio de fora para dentro – não apenas de Washington, mas do próprio mercado financeiro nacional. Bancos e gestoras enxergam nos minerais uma oportunidade de transformar território em ativo, com incentivo fiscal e apelo estratégico. O Estado entra como homologador desse arranjo, entregando estrutura regulatória para empacotar a pauta como produto.

No centro dessa movimentação está a tentativa de reposicionar o Brasil na cadeia de fornecimento dos EUA. A nova agenda industrial americana, reforçada por Trump, parte da premissa de reduzir a dependência de minerais estratégicos chineses. Lítio, grafite, nióbio e terras raras são agora elementos de segurança econômica, e não apenas de mercado. Nesse novo tabuleiro, o Brasil tenta se oferecer como um fornecedor confiável. A política mineral surge como moeda de troca.

Mas o governo brasileiro insiste em um erro recorrente: diagnosticar mal a natureza da crise. A escalada tarifária não é um impasse comercial. Tampouco uma questão diplomática. Trata-se de um reflexo direto da instabilidade institucional que se instalou no Brasil. A carta enviada por Trump não mencionou taxas de importação, nem volume de exportações. Mencionou perseguição política, censura e quebra do devido processo legal. O problema não está no minério. Está na lógica de poder.

Responder com um pacote técnico, por mais bem formulado que pareça, é insistir no desvio. O Planalto tenta apresentar política mineral como prova de alinhamento com os interesses americanos, mas ignora o que de fato está em jogo: a confiabilidade institucional do Brasil como parceiro. A credibilidade exigida pelos EUA não será construída com incentivos fiscais, mas com o desmonte do ambiente de exceção.

Além disso, há uma questão de interlocução. Aparentemente, Washington não pretende negociar nada com Lula. O canal político está comprometido. E isso altera completamente o cálculo. A política de minerais críticos, nesse contexto, não é solução. É cortina.

- O governo brasileiro propõe uma política de minerais críticos para alinhar-se à agenda de transição energética e reindustrialização dos EUA, mas isso seria uma resposta política encomendada, não técnica.
- A pressão por essa política não vem apenas do exterior (especialmente dos EUA), mas também do mercado financeiro nacional, interessado em transformar território em ativo com apoio do Estado.
- A iniciativa ignora o verdadeiro impasse: a crise institucional brasileira, que compromete a credibilidade do país como parceiro confiável para Washington.

